



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A VIGILÂNCIA DO COTIDIANO DE UM
PROFESSOR RÉGIO NO PERNAMBUCO
SETECENTISTA**

Laíse Alves Brandão

**João Pessoa - PB
Dezembro de 2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central – Campus I – Universidade Federal da Paraíba

B817v

Brandão, Laíse Alves.

A vigilância do cotidiano de um professor régio no Pernambuco Setecentista / Laíse Alves Brandão. – João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2021.

34 p.

Orientadora: Dra. Carla Mary da Silva Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo (Licenciatura Plena em História), Universidade Federal da Paraíba (UFPB / CCHLA / DH): João Pessoa, 2021.

1. História da Educação – Brasil. 2. Brasil – Período Colonial. 3. Brasil – Professores Régios. I. Autor. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(81)(091)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A VIGILÂNCIA DO COTIDIANO DE UM
PROFESSOR RÉGIO NO PERNAMBUCO
SETECENTISTA**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada.

Autora: Laíse Alves Brandão

Orientadora: Prof^a Dra. Carla Mary S. Oliveira

**João Pessoa - PB
Dezembro de 2021**

LAÍSE ALVES BRANDÃO

**A vigilância do cotidiano de um professor régio no
Pernambuco Setecentista**

Artigo aprovado em 01 / 12 / 2021

Média Obtida: 9,7 (NOVE VÍRGULA SETE)

BANCA EXAMINADORA



9,0 (NOVE)

Profª Dra. Carla Mary S. Oliveira
Departamento de História – Universidade Federal da Paraíba
(Orientadora – Membro da Banca Examinadora)



10,0 (DEZ)

Profª Dra. Itacyara Viana Miranda
Departamento de Fundamentação da Educação – Universidade Federal da Paraíba
(Membro da Banca Examinadora)



10,0 (DEZ)

Prof. Ms. Thiago Gomes Medeiros
Doutorando em História – Universidade Federal de Ouro Preto
(Membro da Banca Examinadora)

*Dedico esse trabalho a Deus, pois Ele guiou todos os meus passos,
até esse momento.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu agradeço a Deus por ter me dado vida e forças para realizar esse trabalho. Também agradeço aos meus pais, João Paulo Ferreira Brandão e Sara Alves Brandão, por serem a minha base e por me amarem e me incentivarem. Também sou grata a minha irmã caçula, Luísa Alves Brandão, cujo crescimento eu tenho o prazer de acompanhar de perto.

Minha imensa gratidão à minha orientadora e eterna professora Carla Mary S. Oliveira, por acreditar em mim e ter me dado tantas oportunidades de crescer na academia. Jamais me esquecerei de seus esforços, paciência e bondade para comigo. Sou grata aos membros da Banca, professora Itacyara Viana Miranda e professor Thiago Gomes Medeiros pela disposição em ler e avaliar esse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a Matheus Lima de Freitas e Sueny Benevides por serem amigos mais chegados que irmãos e estarem comigo por tanto tempo e também agradeço a Andressa Sullamyta Pessoa de Souza pelo suporte nessa reta final de trabalho.

Sou grata aos professores de História que eu tive no Ensino Médio e Fundamental por me fazerem amar essa disciplina. E, por fim, um agradecimento especial a todos os professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Paraíba por cada aprendizado, em especial às professoras Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano e Solange Pereira da Rocha e aos professores Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos e Fernando Cauduro Pureza.



“Como analisar o processo de inserção social desse ‘novo’ personagem advindo das reformas, o professor régio, nos quadros sociais e culturais da América portuguesa, em suas diferentes regiões?”

Thaís Nívia de Lima e Fonseca, *Letras, ofícios e bons costumes*.

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar a vigilância exercida sobre o cotidiano do professor José Fernandes Gama no Pernambuco Setecentista, com base na transcrição de documentos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino e em algumas obras que abordam os professores régios e o contexto maior da instrução nos domínios Portugueses, utilizando as metodologias da Micro-História e da História do Cotidiano como lentes para o estudo do personagem. Analisando o professor Gama ficou claro que apesar dos entraves com o Diretor Geral dos Estudos da capitania, pela forma como este conduzia a Instrução (reduzindo o salário de alguns professores régios, tirando certos indivíduos de suas cadeiras e não nomeando outros), o docente estudado soube se utilizar da sua posição para conseguir outros cargos dentro da administração portuguesa. Houve a construção de uma rede de apoio que o ajudou nas denúncias dos desmandos do bispo e a tentar se proteger contra os mesmos (testemunhando em favor do professor quando solicitados). Infelizmente o professor acabou perdendo a sua cadeira e virando um preso político (tendo também os seus bens confiscados) por participar de uma rebelião contra a Junta Provisória de Governo instituída pelo Imperador em Pernambuco. Com este trabalho, espero contribuir para o aumento do entendimento sobre as figuras que foram essenciais para o funcionamento da Instrução no Brasil Colonial. Talvez, se o professor Gama não tivesse se envolvido em tantos embates com as figuras políticas de sua época, nós não tivéssemos tantos registros sobre a vida dele e suas redes de sociabilidades. Tal conhecimento também precisa ser difundido nas salas de aula.

Palavras Chave: Brasil Colônia; História da Educação; História do Cotidiano.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VI
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. O COTIDIANO DE UM PROFESSOR RÉGIO NO PERNAMBUCO SETECENTISTA	4
2.1. O fazer historiográfico e uma análise sobre a história do cotidiano.....	4
2.2. O contexto social e profissional de José Fernandes Gama.....	6
3. OS EMBATES ENTRE O PROFESSOR GAMA E O DIRETOR GERAL DOS ESTUDOS	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
4. REFERÊNCIAS	23
4.1. Artigos, Livros e Tese	23
4.2. Corpus Documental	24



1. INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a refletir sobre a vigilância do cotidiano imposta ao professor régio José Fernandes Gama, entre o final do século XVIII e começos do século XIX. Durante a passagem pelo Curso de Licenciatura Plena em História, as temáticas voltadas para a História do Cotidiano, da Cultura, e da Educação sempre me chamaram a atenção, pois os professores que as exploravam conseguiram cativar minha atenção em sala de aula. Nunca houve, de minha parte, grande identificação com abordagens puramente políticas e econômicas dos fatos históricos. Embora não se possa negar a importância das mesmas para a formação de um historiador.

Ao ter contato com as aulas da professora Carla Mary, na disciplina de História Moderna II, houve a percepção da possibilidade de abordar os grandes fatos da História a partir da Micro-História. Ao ingressar no PIBIC/CNPq/UFPB em agosto de 2017 como bolsista, sob a orientação da mesma docente, e ao conhecer a figura do professor pernambucano José Fernandes Gama, chegou a certeza de querer um maior distanciamento do ramo da História que se preocupa em narrar os acontecimentos históricos apenas pelas lentes da Política e da Economia para construir uma maior aproximação de figuras como a do professor que era o personagem central do projeto.

Ainda durante o período como bolsista PIBIC, durante as leituras indicadas para o suporte da pesquisa, foi percebido que dentre o recorte bibliográfico selecionado, apenas as pesquisadoras Thais Nivia de Lima e Fonseca e Maria Beatriz Nizza da Silva dedicavam-se aos professores régios. Esse relativo silêncio nas referências do PIBIC só aguçou o interesse pelo personagem e seu contexto de atuação.

O interesse pelo tema surgiu, então, quando trabalhava com a documentação do projeto PIBIC/CNPq/UFPB, intitulado “A peculiar trajetória de José Fernandes Gama: de professor régio de gramática latina no Pernambuco colonial a prisioneiro na Ilha das Cobras no Brasil independente (c. 1790-1823)”. Por meio da análise de documentos avulsos existentes no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa e disponibilizados *on line* no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mais especificamente demandas, pequenos processos e querelas com o Diretor da Instrução Pública em Pernambuco envolvendo o professor Gama.

É verdade que, após a expulsão dos Jesuítas em 1759, e com as reformas instituídas pelo Marquês de Pombal, a instrução passou das mãos da Igreja para as mãos da Coroa. Nesse

contexto surgiu a figura do professor régio, que deveria comprovar conhecimento no assunto que iria lecionar e também apresentar bons costumes sociais. A partir do século XVII, na Europa, verifica-se um novo padrão de civilidade e a nobreza e o clero foram, ambos, responsáveis por criar e disseminar essa prática. Portugal seguiu a tendência e sua elite trouxe para as terras brasileiras esse padrão e também a vigilância sobre os costumes. Com o avanço das conquistas ultramarinas, também ocorreu uma sede por distinção: como bem coloca Marco Silveira, “Todo o aparato estético, valorativo e comportamental relativo à honra apresentava-se como indispensável na definição do lugar de cada um na sociedade” (SILVEIRA, 1997, p. 47).

Ser cristão, ter bons costumes era ser um bom vassalo da Coroa e ter um título significava distinção. O professor José Fernandes Gama aparece na documentação como uma figura que se opõe a seu superior, o diretor geral da Instrução Pública, Bispo Azeredo Coutinho, e também parece quebrar com os bons costumes de sua época. Mas ao mesmo tempo usa de seu cargo de professor régio para conseguir outros cargos de distinção. A proposta do presente artigo é aprofundar a análise deste tema, pois ao realizar leituras para entender o contexto em que o professor régio estava inserido, me deparei com a afirmação de Thaís Fonseca: “Ainda há muito que investigar” sobre os professores régios que “tiveram importante participação na vida social e cultural” (FONSECA, 2009, p. 80). Nenhuma obra de fôlego na historiografia mais recente trata apenas sobre tais indivíduos.

Essa relativa escassez de conteúdo sobre esses personagens da história indica que devemos pesquisar sobre os mesmos, falar sobre eles. Desse modo, se entende que é essencial ter mais trabalhos sobre as pessoas que foram responsáveis por conduzir a engrenagem da instrução no Brasil, após as reformas Pombalinas. Para analisar esses documentos dentro de seu contexto e estabelecer uma análise historiográfica do cotidiano vivido pelo personagem objeto da pesquisa, foram consultadas, como apoio teórico, as seguintes obras: *Uma sedição abortada em 1820: contestação e política repressiva em Pernambuco às vésperas da Independência* (CABRAL, 2005), *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742 - 1821)* (CANTARINO, 2012), *Domínios da História* (CARDOSO & VAINFAS, orgs., 1997), *Os Protagonistas Anônimos da História* (VAINFAS, 2002), *As reformas pombalinas no Brasil* (FONSECA, 2011), *Letras, Ofícios e bons costumes* (FONSECA, 2009), *Cultura letrada e cultura oral* (SILVA, 2013), *O universo do indistinto* (SILVEIRA, 1997), e o artigo “O trabalho do historiador : pesquisar, resumir, comunicar” (LEVI, 2014).

Primeiramente farei uma análise sobre o fazer historiográfico e a história do cotidiano, depois irei me debruçar sobre o contexto social e do personagem José Fernandes Gama e a figura dele e enfim analisar a vigilância exercida sobre ele por parte do diretor geral da instrução. O intuito do artigo é contribuir para o alargamento do campo de estudos da História da Educação, especialmente com o recorte do período colonial, tendo como foco a Província de Pernambuco e a trajetória peculiar do professor Gama.



2. O COTIDIANO DE UM PROFESSOR RÉGIO NO PERNAMBUCO SETECENTISTA

2.1. O fazer historiográfico e uma análise sobre a história do cotidiano

Como bem colocou Giovanni Levi, o trabalho do historiador é feito em três momentos: investigar, reduzir e comunicar. Durante meu tempo na graduação, pude constatar isso.

Na fase da investigação do tema, deparei-me com o fato de que “A documentação não é organizado pelos historiadores” (LEVI, 2014, p. 2) e que eu precisava fazer uma seleção, já que esse esforço de reduzir é complicado, como afirma Levi: “O esforço deve ser o de resumir até conseguir manusear o material” (LEVI, 2014, p. 3).

E, fazendo essa operação, produzimos um esforço de comunicação, porque devemos transformar todos os documentos em algo resumido que diga as mesmas coisas. (LEVI, 2014, p. 3)

Depois, é necessário se comunicar bem com o leitor e se perguntar: “Quais técnicas temos para convencer? Não no sentido negativo, mas para dizer claramente o que queremos dizer” (LEVI, 2014, p. 3 - 4). Tendo plena noção das limitações enquanto pessoa que olha para o passado através de fontes, sei que não estava lá e nunca vou saber de tudo que se passou.

O verdadeiro problema é sempre ter que dizer tudo e saber que a vida das pessoas é um mistério, que nós podemos nos aproximar, mas não resolver. Não podemos saber tudo. (LEVI, 2014, p. 8)

E também sabendo que preciso imergir naquele contexto tendo cuidado com o anacronismo. O historiador “deve escutar sabendo que deve renunciar a muito de si mesmo, de suas ideias e de suas informações, sem anacronismos” (LEVI, 2014, p. 10).

E para imergir é importante falar sobre a história do cotidiano. Esse ramo particular foi desenvolvido a partir da Micro-História que, por sua vez, é originária da história cultural (dentro do que denominamos de Nova História). A nova história nasce no contexto da pós modernidade e visa “afirmar ser desejável, no campo do humano ou social, levar-se em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos” (CARDOSO, 1997, p. 41).

É interessante notar como nos últimos tempos os historiadores têm se focado no micro cuja preocupação inicial era tornar uma “problematização mais nítida - ainda que implícita -

do objeto de investigação, especialmente quanto às hierarquias e conflitos sociais” (VAINFAS, 2002, p. 70).

A Micro-História tem vários pontos em comum com a História das Mentalidades, abordagem iniciada no final da década de 1960 por Bloch e Febvre, como o apego à narrativa, além da afinidade de temas. Como destacou Ronaldo Vainfas:

A adoção de recortes histórico-antropológicos e o apego à narrativa constituem, aparentemente, pontos de aproximação entre a micro-história e a história das mentalidades. (VAINFAS, 2002, p. 23).

Mas, apesar disso ela, não pode ser confundida com a história das mentalidades, pois

[...] no caso da melhor bibliografia produzida pelos historiadores das mentalidades, os recortes permaneceram amplos – paraíso, purgatório, medo, feitiçaria, infância –, analisados em conexão com a história geral das sociedades em determinadas épocas – sobretudo a Idade média e a Época Moderna. Já na micro-história, por seu turno, os recortes privilegiados foram sempre minúsculos: a história de indivíduos, comunidades, pequenos enredos construídos a partir de tramas aparentemente banais, envolvendo gente comum. (VAINFAS, 2002, p. 106)

Ela vai nascer em 1980, e passará a acolher temas que antes eram explorados pela história das mentalidades. Assim, é possível se definir a Micro-História como um ramo da História que se preocupa em “conseguir iluminar aspectos da história geral, dinâmicas, processos que forçosamente escapam a um olhar macro histórico das sociedades” (VAINFAS, 2002, p. 119).

A História Geral – e suas abordagens totalizantes – não vai se preocupar com as individualidades do sujeito que faz a roda da história girar. Ainda segundo Vainfas,

No caso da história geral ou macrosocial, perde-se de vista a história vivida, a experiência concreta dos indivíduos, em favor dos sujeitos sociais abstratos; perde-se a vivacidade e dramaticidade dos enredos singulares face às dinâmicas generalizantes. (VAINFAS, 2002, p. 149)

Nesse sentido, há essa transição do macro ao micro (olhar o micro para entender o macro): “‘do porão ao sótão’, metáfora então usada para exprimir a mudança de preocupações da base socioeconômica ou da vida material para os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações” (VAINFAS, 2002, p. 22).

Olhando para microtemas: “Refiro-me a estudos exaustivos de comunidades periféricas ou de personagens sem nenhuma celebridade na História, com H maiúsculo, e não a temas gerais que estavam no ‘sótão’ da história” (VAINFAS, 2002, p. 111). E fazendo

microanálises: “Refiro-me a descrições e interpretações de casos minúsculos e periféricos à luz de uma história geral” (VAINFAS, 2002, p.111).

Depois desse apanhado sobre a Micro-História é importante definir o que é a História do Cotidiano. Para isso eu fico com a frase da historiadora Mary Del Priore:

[...] no sentido comum o termo remete, com imediatismo, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. (DEL PRIORE, 1997, p. 377.)

Na visão de Mary Del Priore (1997) é possível citar como marco do surgimento do que se define como vida privada e cotidiano no século XVIII: encaro a História do Cotidiano como uma oportunidade de esquadrihar aquilo que passa despercebido pela Macro-História (econômica e política), mas que é fundamental para o desenvolvimento dela. Del Priore diz: “O cotidiano e o estudo da vida privada são, essencialmente, uma maneira de abordar a história econômica e social” (DEL PRIORE, 1997, p. 385).

A História vai se desenrolando no dia a dia então não podemos desprezar o estudo do cotidiano:

Vê-se, assim, como os problemas colocados pelo cotidiano não são “menores” e que a história não é o produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói no dia a dia de discretos atores que são a maioria. Contrariamente às aparências, cotidiano e história não são noções contraditórias. (DEL PRIORE, 1997, p. 386)

Este artigo, portanto, representa o meu esforço de comunicar aos leitores sobre a trajetória do professor José Fernandes Gama. Apresentarei um pouco do cotidiano de uma figura que fez parte da grande engrenagem da História da Educação.

2.2. O contexto social e profissional de José Fernandes Gama

Antes de falar do professor régio José Fernandes Gama é preciso falar também do contexto do surgimento de sua profissão e de como esses docentes viviam. Com o Iluminismo, a ideia era que a Coroa Portuguesa precisava se pautar pelas luzes da razão. Como já destacou Demerval Saviani, os iluministas:

Defendiam o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser libertada do monopólio jesuítico, cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, presa a Aristóteles e avesso aos métodos modernos de fazer ciência. Essa nova tendência começou a pressionar por reformas no plano político no final do reinado de

Dom João V. Mas a nova situação se impôs com o advento, em 1750, do rei Dom José I e a consequente nomeação do futuro Marquês de Pombal como ministro. (SAVIANI, 2011, p. 80)

O Marquês de Pombal foi crucial nesse processo. Sobre ele, Saviani destaca:

Com a ascensão ao trono de Dom José I, aclamado rei em 7 de Setembro de 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo integra o gabinete como ministro responsável pela Secretaria do Exterior e da Guerra. Pouco a pouco, foi ganhando proeminência no governo, legislando, inclusive, nos âmbitos de competência de outros ministros. E, em 1756, assume o cargo de secretário de Estado dos negócios do Reino, o posto mais alto do governo, tornando-se ministro plenipotenciário. Em junho de 1769 torna-se Marquês de Pombal, denominação que o consagrou tanto na política como na historiografia. (SAVIANI, 2011, p. 80-81)

As reformas pombalinas também visaram o campo educacional, como parte do plano de modernizar o estado português e seus domínios.

[O processo] Iniciou-se, a partir da decretação do Alvará régio de 28 de Junho de 1759 que extinguiu o ‘sistema’ educacional dos jesuítas e criou as primeiras aulas régias- um ciclo de intervenções que, a rigor, significaram a implantação do ensino público estatal no império português. (FONSECA, 2011, p. 100)

Esse alvará iria focar nos estudos de nível secundário, orientações para os professores das aulas régias e, aqui, destaco a criação do cargo de diretor de estudos:

O alvará criou a figura do diretor de estudos, com as atribuições de supervisionar o ensino e apresentar relatório anual sobre o estado em que se encontram os estudos visando a evitar os abusos e sugerir os meios ‘mais convenientes’ para o adiantamento das escolas; advertir e corrigir os professores que não cumprirem com suas obrigações dando ciência dos que não se emendarem à Sua Majestade para castigá-los com a privação do emprego e outras penalidades; diante das discórdias provenientes da contrariedade de opiniões dos professores, caberá ao diretor ‘extirpar as controvérsias’ e ‘fazer que entre eles haja uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina’ em benefício da profissão e do aproveitamento dos alunos. (SAVIANI, 2011, p. 83)

É interessante observar que no Brasil as reformas começaram logo após a publicação do edital de 1759, “mas o desenvolvimento das aulas régias deu-se em ritmo lento, pelas resistências encontradas e pela falta de recursos financeiros” (SAVIANI, 2011, p. 107).

As aulas régias foram estendendo-se no Brasil, embora enfrentando condições precárias de funcionamento, salários reduzidos e frequentes atrasos no pagamento dos professores. As aulas régias eram sinônimo de escolas que, por sua vez, se identificavam com determinada cadeia

funcionando, em regra, na casa dos próprios professores. Daí as expressões ‘aulas de primeiras letras’, ‘aulas de latim’, ‘de grego’, ‘de filosofia’ e etc. (SAVIANI, 2011, p. 108)

Com relação aos professores régios, estes deveriam ser selecionados por concurso. Assim, como colocou Saviani: “No Brasil, o primeiro concurso para admissão de professores régios foi realizado no Recife em 20 de março de 1760” (SAVIANI, 2011, p. 89). E, assim como o diretor de estudos, esses também deviam seguir certas normas:

Ninguém poderá ensinar ‘nem pública nem particularmente sem aprovação e licença do Diretor dos Estudos’, sendo que a concessão dependerá de aprovação em exame feito por dois professores régios devendo o pretendente preencher os requisitos de ‘bons e provados costumes’ e ‘de ciência e prudência’; concede-se a todos os professores régios o privilégio de nobres. (SAVIANI, 2011, p. 84)

Thais Fonseca, por sua vez, define de modo mais específico o perfil daqueles que atuavam como professores régios:

Vivendo e trabalhando em diferentes regiões, eles tiveram importante participação na vida social e cultural, exercendo naquele período uma atividade sobre a qual ainda há muito que investigar. Diferentes eram as suas origens e trajetórias pessoais: muitos nascidos em Portugal, muitos no Brasil; um número expressivo deles eram padres; havia os nascidos no seio de famílias legalmente constituídas; outros eram filhos naturais, alguns expostos. A reconstituição de algumas dessas trajetórias ajuda a lançar luzes sobre o problema do funcionamento da estrutura do ensino régio na América portuguesa e da inserção dos professores como grupo profissional na sociedade colonial. (FONSECA, 2009, p. 80)

Pode se falar também que tais sujeitos usavam de seus cargos para obter distinção social:

Essa melhor posição social poderia advir dos privilégios de nobreza concedidos aos professores ou ao fato de que, tendo certo domínio da leitura e da escrita, e de conhecimentos como a gramática ou a filosofia, poderiam ter reconhecimento e distinção social. (FONSECA, 2009, p. 70)

Mesmo após as reformas Pombalinas, não era possível retirar totalmente a influência da igreja dos estudos. Então se verifica que “A maioria dos professores ainda era do clero” (SILVA, 1997, p. 168).

Para ser um bom professor régio havia determinadas exigências: “Do mestre seria exigido, além do comportamento exemplar como cidadão e como cristão, o conhecimento

seguro de todas as matérias a ser ensinadas na escola, segundo os princípios das ciências e os objetivos da formação exemplar” (FONSECA, 2009, p. 91).

Portanto, ele deveria ter algumas qualidades específicas, como “a bondade, a benevolência, a sinceridade, o respeito, a modéstia” (FONSECA, 2009, p. 86). A educação, nesse sentido, seria a chave para a civilização:

A educação, fosse qual fosse a sua natureza, surgiu como solução possível para o prolapado estado de desordem e de falta de civilidade, mesmo antes que os assuntos educacionais tomassem a atenção do Estado e fossem instituídas políticas específicas, a partir da segunda metade do século XVIII, em decorrência da administração pombalina. (FONSECA, 2009, p. 31)

A Coroa portuguesa estava, nesse sentido, preocupada em formar bons súditos cristãos. Por isso mesmo,

O valor do exemplo a ser dado às novas gerações era maior do que um ensino teórico que, mesmo fundado na ciência moderna, dependia de uma relação mais intensa com a cultura escrita. Por isso, as condutas morais, civis ou religiosas, apresentavam-se como tão importantes. (FONSECA, 2009, p. 99)

Para tal missão, o professor de Gramática Latina deveria seguir um método e livros específicos. No que se tratava dos professores do Rio de Janeiro, Silva destaca:

Os mestres seguiriam o método abreviado feito para as escolas da Congregação do Oratório, ou a arte da gramática latina reformada por Antônio Félix Mendes. O livro indicado para os mestres era a *Minerva*, de Francisco Sanches; para os estudantes, a *Selecta latini sermonis exemplaria*, organizada por Chompré e publicada em 1752. (SILVA, 2013, p.170)

Com relação à remuneração dos professores, Dermeval Saviani afirma o seguinte:

De acordo com a proposta da Real Mesa Censória, o ‘subsídio literário’ destinava-se a suprir todas as necessidades financeiras da instrução pública, abrangendo os estudos menores e maiores e garantindo não apenas o pagamento dos salários e demais despesas dos professores. Além disso, atenderia também a outras necessidades como a aquisição de livros, organização de museu, criação de laboratório de física, de jardim botânico, instalação de academias de ciências físicas e de belas-artes. (SAVIANI, 2011, p. 99)

Contudo, os professores régios constituíam uma classe que enfrentava “baixos salários, atrasos de pagamentos e dificuldades para o exercício do ofício” (FONSECA, 2011, p. 99). Mesmo com essas condições adversas, o que os atraía para a profissão? Segundo Thais Fonseca:

Muitos indivíduos eram, ainda assim, atraídos para o trabalho, motivados por algumas vantagens dadas pela Coroa portuguesa e que tinham grande importância social e cultural na sociedade luso-americana do Antigo Regime. (FONSECA, 2011, p. 99)

Além disso, ainda precisavam driblar os bispos e outras autoridades que dificultavam seu trabalho cotidiano:

Também se pode apontar como situação comum a diferentes regiões do império português, o jogo de influências maior ou menor quando a presença de bispados, sobretudo em áreas mais populosas, implicava maior influência dos bispos no funcionamento das aulas régias e na distribuição dos recursos a elas destinados. (FONSECA, 2009, p. 61)

Mas eles também desenvolviam uma rede de contatos entre si, que era muito útil na hora de se articular por alguma causa comum:

O convívio com outros professores, clérigos ou não, nas localidades onde viveram e trabalharam, intensificava esse envolvimento, podendo articular suas atividades profissionais, estreitar as relações entre eles e seus alunos, e expandir a circulação de livros. (FONSECA, 2009, p. 84)

O professor José Fernandes Gama veio da Vila das Alagoas¹ e seria filho legítimo de Pedro Fernandes Gama e Dona Theresa de Jesus Maria (casados). Seu pai teria a ocupação de sargento-mor e líder da Câmara e seria tido como um bom súdito e bom católico naquelas paragens². Os documentos conservados no AHU trazem apenas o nome de dois de seus irmãos: Amaro Normando da Gama e Pedro Américo da Gama, mas também citam que Gama teria cunhados, sem explicitar contudo o nome de suas irmãs.

Gama teria dois sobrinhos, que também foram seus alunos, Bernardo José e Theodoro José³, filhos de Amaro Normando Gama. Ele também teve um filho (José Bernardo Fernandes Gama⁴), mas não há registro de que tenha sido casado na documentação consultada, não sendo possível fazer nenhuma análise a esse respeito.

Em Alagoas ele teria iniciado sua carreira como professor, aos 24 anos de idade⁵. Antes de ser mestre de Gramática Latina, também atuou como professor de retórica, lógica⁶ e filosofia⁷.

¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14849.

² AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970.

³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14849.

⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 270, D. 17966.

⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970.

Depois disso teria começado a trabalhar em Olinda como professor de Gramática Latina, enquanto residia em Santo Antônio (Recife) em 1798. Durante esse tempo lecionando ele teria desenvolvido boas relações com outros professores, políticos da região, militares e comerciantes que aparecem como testemunhas a seu favor⁸.

Alguns o definiam como Bom católico prático, bom vassalo e bom súdito⁹. Porém, seus desafetos o cunhavam como herege e irresponsável. Seu principal opositor era o Bispo José Joaquim Azeredo Coutinho – diretor geral dos estudos da capitania de Pernambuco. E é sobre essa querela com o Bispo que me deterei no próximo ponto deste artigo.



⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 229, D. 15457.

⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 249, D. 16716.

⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970.

⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970.

3. OS EMBATES ENTRE O PROFESSOR GAMA E O DIRETOR GERAL DOS ESTUDOS

O drama de Gama começou com a morte do professor e padre José Vitorino Pereira Torres¹⁰, que ministrava aulas de Gramática Latina na Boa Vista, no Recife. Algo que não era incomum, visto que o clero era letrado e, desde a época em que os jesuítas e franciscanos começaram a missionar na América portuguesa, atuavam fortemente na Instrução: “Sem contar os sacerdotes, sempre em grande número entre os professores régios” (FONSECA, 2009, p. 56-57).

O fato é que a cadeira estava vaga e precisava de um professor substituto. Gama, como já sabemos, atuava em Olinda e tentou se transferir para essa cadeira. Nessa época, há um registro de um grande número de professores substitutos, “principalmente nas regiões mais urbanizadas, como é o caso da Capitania de Minas Gerais, e das áreas dos maiores centros urbanos, como Rio de Janeiro e Recife” (FONSECA, 2009, p. 65). Contudo, para assumir uma cadeira como substituto, o professor deveria ser aprovado pela Direção Geral de Estudos e mostrar alguns documentos, sendo um deles era o atestado de bons costumes:

Muitas vezes os atestados indicavam a repercussão do trabalho do professor junto à comunidade. Se isso não pode assegurar-nos a sua integral aceitação, ao menos aponta para o resultado de relações interpessoais mais solidamente construídas, que garantiam o registro de uma atuação adequada do profissional. (FONSECA, 2009, p. 94)

O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho era presidente da Junta Governativa da capitania de Pernambuco, presidente da Junta da Fazenda e Diretor Geral dos Estudos na época. Vindo de família nobre e com uma mente conservadora e religiosa, ele acumulava vários cargos, além de ter entre seus planos fundar o seminário de Olinda: “Presidir a autoridade fazendária e fiscal da capitania era importante para garantir os rendimentos do subsídio literário, principal fonte de recursos na nova instituição” (CANTARINO, 2012, p. 74). Com relação aos deveres do bispo, no que se refere à Instrução, “A direção geral dos estudos era a responsável pelo provimento e bom funcionamento das Aulas Régias, com o poder de fiscalizar o ensino, de selecionar os candidatos a professor e fiscalizar os pagamentos dos ordenados dos docentes” (CANTARINO, 2012, p. 75).

O diretor se recusa a nomear o professor Gama por alguns motivos: acreditava que o docente incitara outros professores a fazerem requerimentos contra ele; que teria traduzido

¹⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 201, D. 13788.

uma obra indevida para a mocidade; também que seria um herege¹¹, além de ter relacionamentos amorosos inconvenientes¹².

Já o bispo, por sua vez, estava sendo acusado de ser intransigente ao não nomear Gama e de reter os ordenados dos professores. Diante dessa situação se iniciou uma verdadeira querela política e social entre Gama e o bispo. O primeiro ato dessa luta foi o aparecimento de um requerimento¹³ com o nome de Gama, contra o bispo, alegando que as reivindicações pela falta de pagamento dos professores não haviam sido encaminhadas por ele: “sei finalmente que a malevolencia ou a excusa – me tem constituído author d’esses papeis”¹⁴. Mais à frente, também reclamava: “Hoje porem q. me vem a noticia que V. Exa. cheio de rancor determina privar-me com infamia do meu pequeno beneficio, em q. há doze annos occupado tenho servido com tanto zelo a S. Mage”¹⁵.

O docente, além disso tudo, afirmava saber que o objetivo do requerimento inicial seria reivindicar o pagamento dos ordenados dos professores, e que o bispo poderia regularizar essa situação: “[...] a conclusão porem, Exma. – , d’estas humildes letras hé esta; que V. Exa. hé nosso diretor; e que tendo como se diz; em sua mão a faca e o queijo, o pode dividir, como quizer”¹⁶.

O que se seguiu foi uma caça aos autores do primeiro requerimento, com direito a testemunhas e tudo o mais. O chama a atenção na documentação a atenção é o nível de organização e união dos professores na feitura do requerimento inicial, demonstrando existir uma rede de solidariedade entre eles. A situação acabou piorando para Gama, que foi privado de sua cadeira em Olinda e também não chegou a ser nomeado para a cadeira vaga da Boa Vista:

[...] se ve que o suplicante esta despedido da cadeira que exercitava pelas couzas que o inhabilitavão para continuar no ensino da mocidade,nascida da sua má conducta,que lhe tem grangeado a má reputação que aqui tem ,pelo que parece he indeferivel o seu requerimento.¹⁷

O diretor alegava que Gama teria ignorado as regras do edital para ser professor régio. Algumas dessas exigências eram:

¹¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

¹² AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14457.

¹³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14119.

¹⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14119.

¹⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14119.

¹⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14119.

¹⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

[...] cada um dos ditos professores recorrer a nos com os seus titulos e documentos pelos quaes mostro que ele ja foi aprovado, que é de probidade, e bons costumes, que tem desempenhado as suas obrigações, para depois de examinados os seus habitos por nos, e axados conformes lhe mandarmos pasar suas provizões pelo tempo que nos parecer convencente.¹⁸

Além disso, os professores precisavam prestar conta do número de alunos e do aproveitamento de cada um. Gama, além de ser acusado de não entregar os devidos documentos, também tinha sobre os ombros a suspeita de ser o autor de uma obra inapropriada para a mocidade:

[...] o Supe. não contaste de ter escandalizado esta terra com a perverside. dos seus costumes praticados na dita Vila das Alagoas, onde primeiramente tenha sido substituto, e na Cidade de Olinda donde saio ultimamente, pasou a traduzir em Portuguez pa. Instrução da mocide. a infame obra que ainda mesmo entre a gentilide. que tributava outros a sensualide. causou tanto orror que apesar dos – valimentos de que gozava na Corte dos Cesares o Poeta seu Autor foi este degradado para os lugares mais remotos do Imperio Romano.¹⁹

A obra escandalosa teria sido a *Ars Amatoria* (A Arte de Amar) do poeta romano Ovídio, cujos versos tratam sobre a sedução e infidelidade na Roma Antiga. Naquele contexto da América portuguesa de fins do setecentos, determinadas obras eram totalmente proibidas de circular:

O Regimento de 18 de maio de 1768 estabeleceu dezessete regras para a censura dos livros, mas aqui vamos apenas conhecer aquelas que mais peso tiveram na atividade censória, como a proibição de autores que fizessem a apologia da religião natural; de livros obscenos que corrompessem os costumes. (SILVA, 2013, p. 256)

Nesse meio tempo, o professor viajou até o Reino para tentar assegurar seus direitos:

Mas em fim deenganado o Supe. que as suas intrigas nada valia, para conosco, entrou a publicar, e mesmo a nos pedir licença para ir pa. Lisboa requerer a S. Mage. para ver se asim ou Nos atemorizava como Procurador Geral de todos os Conjurados contra Noz, ou se nos prevenia do castigo que o Supe. conhece ter justamente merecido.²⁰

Segundo o bispo, essa teria sido mais uma artimanha de Gama para não se sujeitar ao edital. Todas as intrigas e o ajuntamento de pessoas contra o bispo girariam em torno de sua não aceitação:

¹⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

¹⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

²⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

O Supe. deve sim dizer que logo que pelo Noso Edital de 16 de Fevereiro deste ano, vio que ele asim como todos os que se axao encarregados do ensino publico ficavao sugeitos a serem fiscalizados pelos seus Parrocos a respeito da sua vida e costumes, na forma do Alvara de 6 de - de 1772 nos – – – – pasou a intrigar e a ajuntar Joios para por si, e por seus amigos.²¹

Para além das acusações de ser tradutor de uma obra interdita e promover intrigas, Gama também passaria a ter mais elementos de seu cotidiano investigados. Logo emergiram duas denúncias da época em que ainda lecionava na Vila das Alagoas. Seu passado estava sendo revirado para que ficasse provado que não merecia reger nenhuma cadeira:

[...] eu não tirei os lugares dos – Gama, e Leitão arbitrariame., mas sim por mto. justas cauzas, pois q. a respto. do Vo. Gama sendo este substituto de Gramatica Latina na Va. das Alagoas, alem dos seus pesimos costumes publicam e , e com pertinacia perante varios–, e Advogados daquela Va., tendo a vista Doutores Orthodoxos, – q. as excomunhões eras – inventadas por clerigos, Frades pa. enganar os tolos.²²

Gama seria, então, um herege que estaria falando contra os sacramentos e também impedindo que seus discípulos acompanhassem a tradição católica. Repreendia e até ameaçava aqueles dentre seus pupilos que ousassem contrariá-lo. Isso era algo que ia totalmente contra o que se esperava de um professor de Gramática Latina à época:

Suas obrigações profissionais, porém, extrapolavam o ensino estrito do Latim, obrigando-o a especial cuidado quanto aos costumes dos alunos, incluindo a prática da religião. Assim, o professor deveria ‘instruí-los nos Mistérios da Fé e obrigá-los a que se confessem e recebam o Sacramento da Eucaristia’. Deveria estimulá-los à prática dos ‘sacrossantos atos’, e dirigi-los ‘à perfeita santificação dos dias de missa e jejum que a Igreja tem ordenado e a evitar jogos e todas as ocasiões em que podem correr perigo na pureza dos costumes’. A combinação entre a formação moral nos seus aspectos civil e religioso, ficava também contemplada nas instruções dadas aos professores quanto ao cuidado em inculcar nos alunos o respeito às autoridades seculares e eclesiásticas. (FONSECA, 2009, p. 88).

O levantamento de acusações não parava e mais uma história se somou ao montante de pecados que Gama teria cometido. Os documentos parecem apontar ao menos duas aventuras amorosas do professor:

Depois vindo por Substituto de Gramatica Latina pa. a Cide. de Olinda continuou na perversidade dos seus costumes até mmo. insultando as recolhidas do Recolhimto. daquela Cide. por cauza de uma Orfã, que ali se

²¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

²² AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14457.

recolheu, e q. finalmte conseguiu tirala pa. fora por ordem do Juis dos Orfãos desta Va., até q. finalme. a deixou perdida.²³

A primeira teria sido uma órfã que teria acredito em uma promessa de casamento e depois foi abandonada. A segunda mulher teria vindo com Gama de Alagoas e depois também teria sido deixada. Nos documentos do AHU, não há registro acerca de um possível matrimônio de Gama, apenas a menção a um filho que retorna com ele de Lisboa em 1807. Contudo, o usual é que os professores régios fossem homens casados:

Do ponto de vista moral, deveriam ter seus costumes ‘aprovados e conhecidos com louvor’, devendo ser sempre casados, ‘condição sem a qual não obstante todas as mais qualidades, não poderia exercitar esta função’. O casamento daria o exemplo reto de boa conduta cristã, além de fazer com que esses professores casados, sendo também pais, fossem mais carinhosos com os meninos que os solteiros. (FONSECA, 2009, p.86-87)

A rotina do docente foi levantada também. Segundo testemunhas, ele chegava ao local das aulas – casa de um dos seus irmãos – por volta das 8h e, pela tarde, em torno das 16h. Teria apenas quatro alunos: Bernardo Joze, Theodoro Joze, Manoel e Antonio Chaves, sendo que os dois primeiros eram seus próprios sobrinhos. Segundo os relatos coletados, por vezes terminava as aulas em pouco tempo e não passava lição aos estudantes²⁴.

O grande motivo da investigação do cotidiano de Gama foi o fato dele ter acusado o bispo de uma série de desmandos: o prelado teria feito um abaixo assinado em nome dos professores dizendo que eles aprovavam a mudança de pagamento dos seus ordenados quando na verdade estariam insatisfeitos. De fato, segundo Gama, os docentes estariam sendo maltratados e até presos por se voltar contra as medidas do bispo²⁵.

Em outras palavras, Azeredo Coutinho estava sendo acusado de roubo e de truculência no trato dos professores da capitania: “Na ânsia de colocar seu seminário em funcionamento acabou atropelando o direito de alguns professores régios que perderiam seus ganhos com o novo direcionamento das rendas do subsídio literário” (CANTARINO, 2012, p. 80).

Fora isso, Gama sustentou que o apoio dos professores ao requerimento que ele e o professor José Leitão – professor de retórica que a ele se aliara – fizeram era espontâneo e que havia atestações que provavam sua boa conduta²⁶.

²³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14457.

²⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14849.

²⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14469.

²⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14469.

Era uma querela complexa, pois de um lado vemos um clérigo que tinha cargos importantes e, de outro, vemos um professor régio que também possuía certo apoio de alguns membros ilustres da elite do funcionalismo da colônia.

Durante o levantamento de testemunhos, ao menos catorze deles foram favoráveis ao professor, dentre negociantes, militares e moradores de Olinda e Recife. Contra Gama, há que se destacar a figura de Rangel Antonio José Correia, que teria sido um de seus pupilos²⁷:

Não foi incomum que desavenças pessoais levassem alunos ou colegas a denunciar um professor, quase sempre alegando que fossem hereges e, no decorrer das averiguações, vinham à tona comentários acerca do seu comportamento moral, em suas relações pessoais e no convívio social, além de críticas ao seu desempenho profissional. (FONSECA, 2009, p. 95)

O fato é que ficou provado que o requerimento tinha sido feito com participação dos professores José Vital Ferreira Antônio, professor de primeiras letras, e Antônio de Castro Delgado, professor de Grego. Ambos teriam sido presos durante o processo²⁸. Segundo o bispo Azeredo Coutinho, foi com eles que Gama

Passou a intrigar e a convidar os substitutos das Cadeiras desta Va. De Olinda para com ele fazerem cauza comum para por si, e por seus amigos transformarem todas as minhas providencias, e reduzirem tudo ao antigo estado de relaxação.²⁹

Contudo, analisando as fontes, também é possível afirmar com convicção que até a chegada de Azeredo Coutinho à capitania de Pernambuco, as rendas do subsídio literário já eram escandalosamente desviadas por um grupo de funcionários da Junta da Fazenda (CANTARINO, 2012, p. 80). Desse modo, ele consegue se defender das acusações dos professores, através de documentos que comprovavam que havia um esquema de desvio dos ordenados, mas que ele não estaria dentro desse esquema³⁰. O problema estaria na Junta da Fazenda da capitania:

A oportunidade para os descaminhos estava no fato de a prestação de contas do subsídio literário ser bastante rigorosa no que diz respeito à declaração da arrecadação, mas não dos gastos. Nesta medida, de vez em quando, as autoridades da capitania enviavam ao Erário de Lisboa uma listagem com o número das aulas existentes na província, as quais deveriam ser pagas com o subsídio. No entanto, as listagens eram simplesmente feitas pelos funcionários da Junta da Fazenda da capitania e não dependiam de nenhum

²⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14469.

²⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14469.

²⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162.

³⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14849.

tipo de certificação para serem validadas, nem da assinatura dos professores e nem dos párocos. Era a possibilidade de serem declaradas muito mais aulas do que as que existiam ou estavam funcionando de fato. Segundo Azeredo, a estratégia do esquema era simples: o tesoureiro, o escrivão, o contador e os oficiais da Junta eram os funcionários encarregados do controle e do pagamento dos professores. Foi fácil comprovar que havia mais cadeiras vagas do que as declaradas ao Erário de Lisboa, ou seja, os funcionários encarregados dos registros declaravam a existência de aulas inexistentes e, provavelmente, embolsavam as quantias referentes aos ordenados de seus docentes. (CANTARINO, 2012, p. 81)

Os envolvidos lucravam uma boa quantia anualmente, e tudo isso havia chegado aos ouvidos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, que demitiu o ouvidor Antonio Luiz Pereira da Cunha:

Todas as confusões já haviam chegado aos ouvidos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Lisboa. Se livrar de um bispo é difícil, então o primeiro a ter que responder por suas ações foi o ouvidor Antonio Luiz Pereira da Cunha. Este até tentou resistir, mas não teve jeito: foi promovido para um cargo subalterno na Suplicação do Porto. Seu substituto seria o desembargador José Joaquim Nabuco de Araújo. (CANTARINO, 2012, p. 82-83)

Estando o bispo envolvido ou não, a questão é que a acusação de Gama enfureceu o prelado, que lhe tirou sua cadeira, e o professor se viu tendo que recorrer várias vezes a outras autoridades para que sua regência lhe fosse devolvida e seus ordenados pagos. Nesse meio tempo, um novo governador foi escolhido³¹: “A situação em Pernambuco precisava de um agente cordato, por isso D. Miguel Antonio de Mello estava sendo nomeado Governador da Capitania” (CANTARINO, 2012, p. 83), e seria ele quem deveria dar seu parecer sobre as atividades dos professores e do bispo.

Até o príncipe regente D. João VI se manifestou sobre o caso, dizendo que os professores deveriam ser pagos, até que se resolvesse definitivamente o tema: “foi Vossa Alteza Real servido, conhecendo o espirito do Prelado conferir ao Suplicante por Carta Regia de vinte cinco de Novembro de mil e oito centos huma pensão – de duzentos mil reis”³².

A questão dos pagamentos retidos, ao contrário do que se poderia pensar, era um problema comum:

Os constantes atrasos nos pagamentos obrigavam os professores a ocuparem uma parte importante do seu tempo monitorando esse processo, solicitando às câmaras a elaboração dos atestados, complementando a documentação com declaração das autoridades eclesiais locais – quase sempre o vigário da freguesia, juntando justificativas para eventuais ausências; e quando a

³¹ AHU_ACL_CU_015,CX.221,D.14969

³² AHU_ACL_CU_015,CX.228,D.15395

situação chegava a momentos críticos, acrescentavam suas próprias solicitações alegando toda sorte de dificuldades decorrentes da falta dos ordenados. (FONSECA, 2011, p. 101)

Gama se queixava constantemente de que a sua situação era ruim: “o Supe. se acha nesta corte – dois annos onde já não pode subsistir com a decencia devida, attentos as grandes despesas, que tem feito e esta fazendo”³³. Mas o bispo lançou questionamentos com relação à decisão do príncipe regente, questionando de onde sairia o pagamento dos professores e que havia outros esperando o pagamento também³⁴: “Não querendo se cumprisse allegando, pa. encobrir o seu espirito vingativo, frivolas razoens de não saber, de q. cofre havia de sair o dinheiro; contrariando, e oppondo se es decisioens”³⁵. Suas dificuldades se igualavam às de seus colegas de ofício:

A permanência no magistério régio de primeiras letras ou de Gramática Latina não se passava sem tormentos e dificuldades. As turbulências vivenciadas para o recebimento dos ordenados ocupavam boa parte das vidas dos professores, presos nas tramas da burocracia dos órgãos responsáveis pela direção dos estudos e, sobretudo, das juntas da Fazenda das capitâneas. (FONSECA, 2011, p. 101)

Na documentação compulsada há também a afirmação do professor, a certa altura, de que não queria continuar no cargo, pedindo para ser jubilado na sua cadeira, recebendo metade de seus ordenados e implorando pelo recebimento dos ordenados atrasados, não sem antes reforçar que poderia servir à Coroa em outros cargos³⁶. Diante de tamanhas dificuldades, Fernandes Gama não teve outra opção que não fosse essa, e assim serviu. Atuou como procurador particular³⁷, procurador da Irmandade do Santíssimo Sacramento³⁸ e administrador da Mesa da Inspeção do Algodão da Capitania de Pernambuco (BRASIL, 1890, p. 1-2). Thaís Nívia Fonseca destaca justamente essa característica da realidade cotidiana dos professores régios entre fins do setecentos e começo do oitocentos:

Não seria incomum que muitos professores acabassem por desenvolver atividades paralelas, e ainda procurar outras compensações, algumas simbólicas, usando sua atuação como professores como moeda para a obtenção de benesses. (FONSECA, 2011, p. 101)

³³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970.

³⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15509.

³⁵ AHU_ACL_CU_015, Cx. 233, D. 15701.

³⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 249, D. 16716.

³⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15509.

³⁸ AHU_ACL_CU_015, Cx. 220, D. 14885.

Talvez a trajetória de Gama na docência tenha servido como uma escada para alcançar outros cargos dentro da estrutura colonial, através da sua rede de contatos criada no exercício do magistério. Thaís Nivia Fonseca salienta justamente esse outro papel exercido pela docência no quadro de sociabilidades e culturas políticas do final do setecentos:

A criação do ensino régio na segunda metade do século XVIII ampliou para muitos grupos de indivíduos as chances de construir mecanismo de inserção mais destacada na sociedade, que lhes conferisse distinção e reconhecimento. (FONSECA, 2011, p. 115)

Gama, anos mais tarde, acabou sendo preso, já em 1820, por crime de lesa majestade, por tramar juntamente com outros rebeldes contra a junta provisória de governo provincial que havia sido nomeada pelo rei D. João VI, e seus bens foram confiscados (CABRAL, 2005).



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar a vigilância sofrida pelo professor régio José Fernandes Gama por parte do Diretor Geral dos Estudos da Capitania de Pernambuco, o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Se debruçar sobre os personagens que moveram a máquina da Instrução no Brasil colonial é extremamente importante para entender seu contexto de forma mais completa, embora sempre permaneçam lacunas a serem preenchidas.

Primeiramente, buscou-se lançar um olhar sobre o fazer historiográfico e a complexa tarefa de se comunicar bem com seus leitores. Para isso, eu levei em consideração o artigo de Giovanni Levi (2014). Ainda no mesmo ponto eu busquei definir minha abordagem do tema central do artigo. Uma abordagem levando em conta a Micro-História e a História do Cotidiano.

Para cumprir com tal tarefa, apoiei-me na coletânea de Cardoso & Vainfas (1997), e na obra de Vainfas (2002), a fim de resgatar os conceitos de Micro-História e de História do Cotidiano. Apoiando-me nesses teóricos, pude compreender melhor esses tipos de abordagens historiográficas.

Em seguida, lancei meu olhar sobre a figura de Fernandes Gama dentro de seu contexto profissional. Para isso, eu usei as obras de Fonseca (2009 e 2011) e Saviani (2011), buscando falar da estrutura da Instrução e dos professores régios dentro desse contexto, finalizando com as fontes manuscritas que abordavam a figura de Gama.

Por fim, foquei no relacionamento conflituoso de Gama com o bispo Azeredo Coutinho, buscando as fontes manuscritas e as obras de Cantarino (2012), que se debruçou na figura do bispo, Fonseca (2009 e 2011) e Silva (2013) que abordam o contexto da Instrução e tratam mais especificamente, em alguns momentos, dos professores régios.

Pude notar que, apesar de toda vigilância sobre seu cotidiano, o professor Gama se mostrou uma figura habilidosa na luta por seus direitos e na conquista da distinção, utilizando-se de seus sofrimentos para construir redes de sociabilidade que lhe permitiram exercer outros cargos no contexto colonial. Tal envolvimento político e social contudo, infelizmente anos mais tarde o levou à prisão por se rebelar contra a junta governativa provisória.

Espero que, no futuro, haja mais obras sobre os professores régios de cada localidade e também de forma global, buscando os pontos de contato entre esses personagens, trabalhando

suas redes de apoio social e política, seus conflitos com seus pares e com as autoridades superiores, seu cotidiano e suas origens. Espero também que esse conhecimento possa adentrar as salas de aula.

O presente trabalho se constitui, portanto, apenas numa aproximação inicial com o tema e o personagem, que pede futuras pesquisas em outros acervos documentais e que ampliem o escopo sobre sua atuação social e política na capitania de Pernambuco entre fins do setecentos e começo do oitocentos.



4. REFERÊNCIAS

4.1. Artigos, Livros e Tese

- CABRAL, Flavio José Gomes. “Uma sedição abortada em 1820: contestação e política repressiva em Pernambuco às vésperas da Independência”. In: XXIII Simpósio Nacional de História. *Anais*. Londrina: ANPUH; UEL, 2005, p. 01-08. Disponível em: <https://anpuh.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742-1821)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. [doi:10.11606/T.8.2012.tde-28082012-121845](https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-28082012-121845). Acesso em: 28 ago. 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Paradigma Rivais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 19-51.
- DEL PRIORE, Mary. “História do Cotidiano e da Vida Privada”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 376-398.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. “Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial”. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. (org.). *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 99-116.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LEVI, Giovanni. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. *Revista Tempo*, Niterói, UFF, vol. 20, 2014, p. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 out. 2020.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura Letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
- SILVERA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: Micro-História*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

4.2. Corpus Documental

4.2.1. Documentos Manuscritos

4.2.1.1. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate Barão do Rio Branco Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (on line)

18 abr. 1798, Olinda.

CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda à rainha [D. Maria I] sobre a morte do professor de latimidade do lugar da Boa Vista, padre José Vitorino e pedindo que seja provido em seu lugar o professor José Fernandes Gama. AHU_ACL_CU_015, Cx. 201, D. 13788. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

23 abr. 1799, [Pernambuco].

OFÍCIO do [professor e padre] José Fernandes Gama ao Bispo de Pernambuco [D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho], informando sua inocência relacionada a uns requerimentos que em nome dos professores apareceram na Junta da Fazenda Real por causa da falta de pagamento. AHU_ACL_CU_015, Cx. 207, D. 14119. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

20 jun. 1799, Recife.

OFÍCIO da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando seu parecer sobre o requerimento de José Fernandes Gama, professor régio de Gramática Latina da cidade de Olinda, pedindo para passar a cadeira para o bairro da Boa Vista, que vagou por falecimento do padre José Vitorino Pereira Torres. AHU_ACL_CU_015, Cx. 208, D. 14162. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

14 jan. 1800, Recife.

OFÍCIO do Bispo de Pernambuco, D. José [da Cunha Azeredo Coutinho], aos Adjuntos da [Junta Governativa da capitania de Pernambuco] sobre sua resposta, como diretor-geral dos estudos da capitania, às determinações a respeito dos professores José Fernandes Gama e José Leitão de Almeida. AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14457. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

18 jan. 1800, Recife.

OFÍCIO do Bispo de Pernambuco, D. José [da Cunha Azeredo Coutinho], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre resposta às queixas feitas contra ele pelo professor de retórica José Leitão de Almeida. AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14469. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

27 set. 1800, Recife.

OFÍCIO do Bispo de Pernambuco, D. José [da Cunha Azeredo Coutinho], a Junta Governativa da capitania de Pernambuco sobre a prestação de contas dos ordenados dos professores do Seminário acerca do ensino na capitania de Pernambuco e suas anexas; dando informações dos professores, relação das cadeiras e dos ordenados dos mestres, e sua defesa das acusações de desvio de dinheiro feitas pelo professor José Fernandes Gama. AHU_ACL_CU_015, Cx. 219, D. 14849. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

07 out. 1800, Recife.

OFÍCIO (1ª via) do Bispo de Pernambuco, D. José [da Cunha Azeredo Coutinho], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as difamações que o professor José Fernandes Gama continua fazendo a sua pessoa. AHU_ACL_CU_015, Cx. 220, D. 14885. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

18 nov. 1800, Queluz.

AVISO do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, ao governador nomeado da capitania de Pernambuco, D. Miguel Antônio de Melo, ordenando que dê seu parecer a respeito dos ofícios do Bispo de Pernambuco, [D. José da Cunha Azeredo Coutinho], sobre os professores José Fernandes Gama e José Leitão de Almeida. AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14969. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

18 nov. 1800, Queluz.

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, ao governador nomeado da capitania de Pernambuco, D. Miguel Antônio de Melo, ordenando que dê seu parecer a respeito dos procedimentos do diretor-geral dos Estudos da capitania de Pernambuco, [Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho], e da conduta dos professores que foram expulsos, [José Fernandes Gama e José Leitão de Almeida]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 221, D. 14970. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

01 set. 1801, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. João], sobre o requerimento do professor régio de Latinidade do bairro da Boa Vista, na Capitania de Pernambuco, José Fernandes Gama, em que pede a restituição da dita cadeira e dos seus ordenados. AHU_ACL_CU_015, Cx. 228, D. 15395. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

05 out. 1801, Queluz.

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], barão de Moçamedes, [Manoel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria], ordenando restituir ao dito Conselho a sua consulta a respeito do professor José Fernandes Gama, juntamente com a informação do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho, para que dê seu parecer. AHU_ACL_CU_015, Cx. 229, D. 15457. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

27 out. 1801, Lisboa.

OFÍCIO do intendente-geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], sobre a denúncia e devassa contra José Francisco de Paula e seu irmão Francisco de Paula Cavalcanti, e ofício do Bispo de Pernambuco, D. José da Cunha Azeredo Coutinho], a respeito da pensão anual concedida ao professor José Fernandes Gama e a necessidade de se nomear um novo governador para a dita capitania. AHU_ACL_CU_015, Cx. 230, D. 15509. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

12 mar. 1802, Queluz.

AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], ao [conselheiro do Conselho Ultramarino], barão de Moçamedes, [Manoel de Almeida e Vasconcelos Soveral de Carvalho Maia Soares de Albergaria], ordenando que dê o seu parecer a respeito do requerimento do professor régio de Latinidade, José Fernandes Gama, [em que pede o pagamento dos seus ordenados e a restituição do seu posto]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 233, D. 15701. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

Anterior a 23 jul. 1804, s. l.

REQUERIMENTO do professor de latim José Fernandes Gama ao príncipe regente [D. João], pedindo para ser jubilado da sua cadeira com metade do ordenado, como pensão interina, e que a Junta da Fazenda Real da capitania de Pernambuco pague os ordenados atrasados. AHU_ACL_CU_015, Cx. 249, D. 16716. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

Anterior a 05 out. 1807, Lisboa.

REQUERIMENTO do professor régio de latinidade, José Fernandes Gama, ao príncipe regente [D. João], pedindo passaporte para retornar à capitania de Pernambuco com seu filho José Bernardo Fernandes Gama. AHU_ACL_CU_015, Cx. 270, D. 17966. Disponível em: <http://resgate.bn.br/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

4.2.2. Documentos Impressos

DECRETO de 11 de Janeiro de 1811 [Crêa o logar de Administrador da Mesa da Inspeção do Algodão da Capitania de Pernambuco]. **Collecção das Leis do Brazil de 1811**: cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias. Reimpressa pelo 1º. escripturario do Thesouro Nacional Joaquim Isidoro Simões. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 01- 02. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18323>. Acesso em: 20 out. 2020.

